



**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DO GRANDE
PORTO**

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

**CONSULTA PRÉVIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE
AVAC E EQUIPAMENTOS DE AQUECIMENTO DE ÁGUAS**

PROC. N.º 1024001033/2024

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Índice

.....	1
SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º Objeto do Procedimento	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º Decisão de Contratar	4
Artigo 4.º Fundamentação da escolha do procedimento	4
Artigo 5.º Adjudicação por Lotes	4
Artigo 6.º Júri do Procedimento.....	4
Artigo 7.º Concorrentes	5
Artigo 8.º Agrupamentos	5
SECÇÃO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO	6
Artigo 9.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento.....	6
Artigo 10.º Visitas Técnicas	7
Artigo 11.º Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento.....	7
Artigo 12.º Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas	8
SECÇÃO III – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA	8
Artigo 13.º Proposta	8
Artigo 14.º Documentos que instruem a proposta	8
Artigo 15.º Idioma dos documentos da proposta	9
Artigo 16.º Propostas Variantes	9
Artigo 17.º Negociação	9
Artigo 18.º Prazo para apresentação de propostas.....	9
Artigo 19.º Modo de apresentação de propostas	10
Artigo 20.º Prazo de manutenção da proposta	10
SECÇÃO IV – ANÁLISE DAS PROPOSTAS	10
Artigo 21.º Abertura das Propostas e Lista de Concorrentes	11
Artigo 22.º Esclarecimentos sobre a proposta	11
Artigo 23.º Análise e Exclusão das Propostas.....	11
Artigo 24.º Critério de Adjudicação	11
Artigo 25.º Relatório Preliminar	12
Artigo 26.º Audiência Prévia	12
Artigo 27.º Relatório Final.....	12
SECÇÃO V – ADJUDICAÇÃO	12

Artigo 28.º Notificação da Adjudicação	13
Artigo 29.º Documentos de Habilitação	13
Artigo 30.º Causas de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar.....	14
Artigo 31.º Falsidade de Documentos e Declarações	14
Artigo 32.º Caução.....	15
SECÇÃO VI– CONTRATO	15
Artigo 33.º Minuta do Contrato	15
Artigo 34.º Reclamações contra a Minuta do Contrato	15
Artigo 35.º Outorga do Contrato	15
SECÇÃO VII– DISPOSIÇÕES FINAIS.....	16
Artigo 36.º Proteção de Dados na Contratação Pública.....	16
Artigo 37.º Despesas e Encargos	17
Artigo 38.º Legislação Aplicável	17
Anexo I Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.....	18
Anexo II Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.....	19
Anexo III Modelo de Proposta de Preço.....	20
Anexo IV Modelo de declaração entidades especialmente relacionadas entre si (n.º 6 do artigo 113º e n.º 2 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos)	21
Anexo V Modelo de declaração relativa a trabalhadores imigrantes	22

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do Procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a prestação de serviços para a manutenção de equipamentos de AVAC e equipamentos de aquecimento de águas, nos termos e condições constantes do caderno de encargos.

2. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento enquadra-se no CPV: 50710000-5 – Serviços de Reparação e Manutenção de Equipamento.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é a LIPOR - Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto, adiante designada por LIPOR, com sede em Baguim do Monte, Apartado 1510, 4435-996 Baguim do Monte, pessoa coletiva n.º 501.394.192, com o telefone n.º 229770100, com o fax n.º 229756038 e com o endereço eletrónico info@lipor.pt.

2. O presente procedimento será conduzido pela sua Divisão de Contratação Pública, com o endereço de correio eletrónico contratacadcp@lipor.pt e plataforma eletrónica de contratação pública “*acinGov*”.

Artigo 3.º

Decisão de Contratar

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar e de autorização da despesa foi tomada pelo órgão competente, o Presidente do Conselho de Administração da Lipor, no dia 13 de dezembro de 2024, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração, na sua reunião do dia 22 de dezembro de 2021.

Artigo 4.º

Fundamentação da escolha do procedimento

O procedimento escolhido é a Consulta Prévia, com o fundamento na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), bem assim pelo facto de a Entidade Adjudicante não dispor de recursos próprios para a satisfação da necessidade pública em causa.

Artigo 5.º

Adjudicação por Lotes

A prestação de serviços objeto do contrato não prevê a contratação por lotes.

Artigo 6.º

Júri do Procedimento

1. O Júri do Procedimento é composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar.

2. Para além das competências previstas no n.º 2 do artigo 69.º do CCP, no âmbito do presente procedimento, ao Júri do Procedimento compete:

- a) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos Interessados ao abrigo do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Decidir sobre a classificação de documentos, requerida pelos Interessados ao abrigo do disposto no artigo 66.º do CCP;
 - c) Proceder à apreciação dos pedidos de prorrogação do prazo para apresentação de propostas, no âmbito do artigo 64.º do CCP;
 - d) Proceder à apreciação dos pedidos de prorrogação do prazo para apresentação dos documentos de habilitação, requeridos pelo Adjudicatário, ao abrigo do disposto no n.º 2 artigo 85.º do CCP.
3. O Júri exercerá, ainda, as competências que lhe possam a vir ser delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, sem prejuízo da possibilidade de avocação das mesmas.
4. Em cumprimento ao estabelecido no n.º 5 do artigo 67.º do CCP, o Júri subscreveu a declaração de inexistência de conflitos de interesse.

Artigo 7.º **Concorrentes**

1. Podem apresentar propostas no âmbito do presente procedimento todas as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma situação de impedimento, nos termos e para os efeitos do artigo 55.º do CCP.
2. A ocorrência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP implica a imediata exclusão do concorrente, sem prejuízo do estipulado no artigo 55.º-A do mesmo Código.
3. Os concorrentes nacionais de Estados Membros da União Europeia ou neles estabelecidos e das Partes Contratantes do Acordo do Espaço Económico Europeu e da Organização Mundial do Comércio podem concorrer em situação de igualdade com os nacionais, nos termos previstos nos respetivos acordos.
4. Os concorrentes referidos no número anterior devem apresentar os mesmos documentos que são exigidos aos concorrentes nacionais, os quais, quando for caso disso, são emitidos pelas autoridades competentes do país de origem.
5. No caso de na ordem jurídica do país de origem do concorrente não existir documento idêntico ao especialmente requerido, pode o mesmo ser substituído por declaração, sob compromisso de honra, feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.

Artigo 8.º **Agrupamentos**

1. Nos termos do artigo 54.º do CCP, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes isolados neste procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Nas propostas apresentadas por um agrupamento, os documentos que a compõem devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos aos documentos da proposta, os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros, ou, não existindo representante comum, deve a proposta e todos os seus documentos ser assinados por todos membros do agrupamento ou respetivos representantes.

4. Sem prejuízo da constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da Proposta, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, obrigam-se, em caso de adjudicação, a assumir, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, a forma de agrupamento complementar de empresa ou de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, com vista à celebração do contrato objeto do presente procedimento, devendo, se optarem pela constituição de consórcio externo, as entidades que compõem o agrupamento concorrente indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da LIPOR, e dela dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

5. As entidades que compõem o agrupamento devem designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente procedimento, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem, não existindo representante comum, a proposta deve ser assinada por todos os membros e respetivos representantes.

6. O agrupamento deve fornecer à entidade adjudicante indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, assumindo igualmente que possui as condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Procedimento.

7. Todos os membros do agrupamento são individual e solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da sua proposta.

8. Não é permitida a alteração na composição do agrupamento de empresas, salvo autorização da entidade adjudicante, seja por substituição, entrada ou saída de qualquer membro, sob pena de exclusão do concurso.

9. A insolvência de qualquer das empresas integrantes de agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do concurso, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento pelos prejuízos causados à Entidade Adjudicante. O mesmo regime aplica-se à dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento.

10. A verificação de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP por parte de qualquer uma das entidades que o compõem o agrupamento impede a admissão a concurso do agrupamento concorrente ou determina a sua exclusão.

SECÇÃO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Artigo 9.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento são disponibilizadas em Plataforma Eletrónica de Contratação, de forma completa e gratuita, desde data de envio do presente Convite.

2. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto do n.º 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido do interessado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

3. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de

17/08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma «acinGov» apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera, ou à própria plataforma.

Artigo 10.º

Visitas Técnicas

1. Os interessados poderão visitar os locais onde decorrerá a prestação de serviços, podendo neste realizar, e sempre às suas expensas, os reconhecimentos e exames que entenderem indispensáveis à correta elaboração das suas propostas, sem que de tal possa decorrer qualquer distúrbio ao normal funcionamento dos serviços aí existentes e em atividade.

2. Para cumprimento do previsto no n.º 1, aos interessados será permitido o acesso às instalações, no decorrer do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, em data e hora a definir pela LIPOR, devendo os interessados confirmar, até às 17 horas do dia anterior fixado para a visita e através da plataforma eletrónica de contratação em uso, a identificação das pessoas que irão visitar os locais onde decorrerá a prestação de serviços.

Artigo 11.º

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, através da plataforma eletrónica de contratação pública.

2. No prazo referido no número anterior, as entidades convidadas devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, designadamente, no que respeita aos elementos referidos nas alíneas do n.º 2 do artigo 50.º CCP.

3. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem o número 2 tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

4. Os esclarecimentos, a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pelo Júri do Procedimento, nomeado para o efeito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta [ou até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação das propostas], através da plataforma eletrónica de contratação.

5. O órgão competente para a decisão de contratar, pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao termo do prazo fixado no número anterior, não sejam por ele expressamente aceites.

6. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre esta em caso de divergência. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, prestar esclarecimentos e proceder à retificação de erros e omissões das peças do mesmo procedimento, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

Artigo 12.º

Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, competência que foi delegada no júri do procedimento, devendo tais decisões ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

SECÇÃO III – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Artigo 13.º

Proposta

1. Na proposta, a entidade convidada manifesta a sua vontade de celebrar o contrato, bem como os termos pelos quais se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta apresentada pela entidade convidada deve respeitar as características e condições previstas nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão.
3. Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, são suportados pela entidade convidada.

Artigo 14.º

Documentos que instruem a proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Convite;
 - b) Declaração com indicação do preço, elaborada de acordo com o Anexo III ao presente Convite;
 - c) Cronograma de trabalhos (planeamento);
 - d) Declaração com o prazo de resposta a solicitações de intervenção no âmbito da manutenção curativa, nos termos do n.º 11 da Cláusula 35.ª do Caderno de Encargos.
 - e) Declaração, sob compromisso de honra, na qual declara não estar abrangido em qualquer conflito de interesses, nomeadamente para efeitos do n.º 6 do artigo 113.º do CCP, emitida em conformidade com o Anexo IV ao presente Convite;
 - f) Declaração de cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP, conforme o Anexo V ao presente Convite;

- g) Certidão do Registo Comercial, ou Procuração, ou instrumento de mandato, comprovativo dos poderes de quem assina os documentos da Proposta.
2. Na proposta, a entidade convidada deve indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Convite, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
3. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
5. A entidade convidada poderá apresentar outros elementos que considere de interesse e não estejam em contradição com o estipulado nas peças do procedimento.

Artigo 15.º

Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Sempre que os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, declarando a entidade convidada que aceita a prevalência de traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
3. As traduções deverão ser apresentadas por entidades comprovadamente certificadas e reconhecidas como tal, sob pena de exclusão quando não se utilizar a certificação de traduções, requisitos e entidades legalmente habilitadas, nos termos do Código do Notariado.
4. A entidade convidada deve referir, na sua proposta, as denominações e especificações (técnicas e comerciais) dos produtos em língua portuguesa, e o mesmo se exige para as eventuais guias ou faturas.

Artigo 16.º

Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do Caderno de Encargos.

Artigo 17.º

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 18.º

Prazo para apresentação de propostas

1. A proposta deve ser apresentada até às 18h00 do 15.º dia consecutivo a contar da data de envio do presente Convite.
2. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo para apresentação de propostas é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
3. Em caso de qualquer dificuldade para aceder e utilizar a Plataforma Eletrónica de Contratação, a entidade convidada deverá contactar o Serviço de Apoio Técnico através do n.º 707 451 451, disponível nos dias úteis das 9h às 19h ou através do endereço de correio eletrónico apoio@acingov.pt.
4. Sem prejuízo do apoio técnico prestado pela entidade gestora da Plataforma Eletrónica de Contratação, nos termos no número anterior, quaisquer circunstâncias que, não sendo

LIPOR – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DO GRANDE PORTO

APARTADO 1510 | 4435-996 BAGUIM DO MONTE | TEL. +351 229 770 100 | FAX. +351 229 756 038

INFO@LIPOR.PT | WWW.LIPOR.PT

Pág. 9

imputáveis à entidade convidada, impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a submissão da proposta na Plataforma Eletrónica de Contratação, devem ser comunicadas à Entidade Adjudicante, para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com a antecedência mínima de duas horas antes do termo do prazo de apresentação das propostas, acompanhadas da devida prova, para o endereço eletrónico concursopublico@lipor.pt, sob pena de não ser exequível a tomada das medidas necessárias a fim de os interessados ou concorrentes não serem prejudicados.

Artigo 19.º

Modo de apresentação de propostas

1. A proposta e os documentos que a constituem são apresentados através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, através do link direto enviado pela Plataforma Eletrónica de Contratação <http://www.acingov.pt/>.
2. A proposta, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica “acinGov”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes dar cumprimento ao previsto no n.º 7 do artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, submetendo na Plataforma Eletrónica de Contratação um documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo anexado à proposta do concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Para efeitos de determinação da data e hora referidas no número anterior, ter-se-á em consideração o momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que as integram.
6. Quando pela sua própria natureza, qualquer documento dos que constituam as propostas não possa, comprovadamente, ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve o mesmo ser encerrado em invólucro opaco e fechado no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante.
7. Os documentos apresentados nos termos do número anterior devem ser entregues diretamente ou enviados por correio registado à Entidade Adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas.
8. A receção dos documentos apresentados nos termos dos números 6 e 7 será registada por referência à respetiva data e hora em que os mesmos são recebidos.

Artigo 20.º

Prazo de manutenção da proposta

O concorrente fica obrigado a manter a sua Proposta durante um período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

SECÇÃO IV— ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 21.º

Abertura das Propostas e Lista de Concorrentes

1. O júri do procedimento, no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, procede à sua abertura e à publicitação da lista de concorrentes, na plataforma eletrónica de contratação pública.
2. Os concorrentes incluídos na lista referida no número anterior podem aceder à sua consulta na plataforma eletrónica.
3. O(s) interessado(s) que não tenha(m) sido incluído(s) na lista de concorrentes, pode(m) reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, através da plataforma eletrónica, devendo para esse efeito apresentar o comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar.

Artigo 22.º

Esclarecimentos sobre a proposta

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da sua análise e avaliação.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP, o júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas, causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada no procedimento, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 23.º

Análise e Exclusão das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições.
2. Na análise das propostas será verificada a existência de algum dos pressupostos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 70.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146º do CCP.
3. Serão excluídas todas as propostas que não obedeçam aos termos e condições definidos no Caderno de Encargos.

Artigo 24.º

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade **monofator**, prevista na alínea b) do artigo 74.º do CCP, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado pelo fator preço enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar.

2. Em caso de apresentação de propostas de igual valor, a adjudicação será efetuada à proposta que apresente o menor prazo de resposta a solicitações de intervenção no âmbito da manutenção curativa, nos termos do n.º 11 da Cláusula 35.ª do Caderno de Encargos.

3. Em caso de manutenção do empate, a proposta vencedora é apurada através de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes com uma antecedência mínima de três dias.

Artigo 25.º

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, nos termos do artigo 122.º do CCP, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação definido no presente Convite, e que será disponibilizado através da plataforma eletrónica supracitada.

2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o Júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, bem como, das propostas cuja análise revele o incumprimento dos requisitos discriminados no n.º 2 do artigo 70 do CCP.

3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 72.º do CCP.

Artigo 26.º

Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o mesmo será enviado pelo Júri do procedimento a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de 3 (três) dias úteis para, querendo, se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

Artigo 27.º

Relatório Final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elaborará um relatório final fundamentado, no qual analisa as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, podendo manter ou modificar o teor e as conclusões do relatório preliminar e ainda propor a exclusão de qualquer proposta, se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

2. Quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procederá a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 124.º do CCP.

3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que constituem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este a decisão de contratar e decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO V— ADJUDICAÇÃO

Artigo 28.º

Notificação da Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todas as entidades convidadas, através da plataforma eletrónica, acompanhada do relatório final de análise de propostas.
2. Juntamente com a notificação da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo seguinte e no artigo 81.º do CCP;
 - b) Prestar caução, indicando expressamente o seu valor, se aplicável;
 - c) Confirmar, no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato;
 - e) Confirmar, no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição do agrupamento, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

Artigo 29.º

Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Convite;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:
 - i. Registo Criminal com a indicação do fim a que se destina – Contratação Pública (no caso de se tratar de pessoas coletivas da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP.
 - ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regulariza relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo da Certificação no âmbito do serviço de instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham gases fluorados com efeito de estufa, nos termos estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 2024/573 em conjugação com o Regulamento de Execução (UE) 2015/2067 e com o Decreto-Lei nº 145/2017 de 30 de novembro (no caso de o certificado ser do técnico, será necessário apresentar assinatura de termo de responsabilidade pelas ações em representação do Adjudicatário);
 - d) Documentos comprovativos dos Certificados dos técnicos, que deverão possuir as habilitações necessárias/adequadas (o Adjudicatário deverá garantir que tem, pelo menos, um técnico TIM III/TRM e Técnico de gases fluorados);

- e) Declaração sob compromisso de honra, assinada pelo representante da empresa, que mencione o cumprimento das obrigações legais, relativamente a trabalhadores imigrantes eventualmente contratados, conforme Anexo V ao presente Convite;
 - f) Se aplicável, apresentar documento comprovativo no Regime Jurídico de Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), ou o respetivo código de acesso, que evidencie o cumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, sob pena de, por força do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, ser proibida a celebração do contrato.
2. Tendo em atenção o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade de adjudicação por força do disposto no artigo 87-A.º do CCP.
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos possam ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta.
6. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 5 dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
7. Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 30.º

Causas de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar

- 1. Não há lugar a adjudicação quando se verificar alguma das situações plasmadas no artigo 79.º do CCP, aplicando-se, se for o caso, respetivamente, os n.ºs 3 e 4 do referido artigo.
- 2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os Concorrentes, nos termos do n.º 2 do Artigo 79.º do CCP.
- 3. A decisão de não adjudicação referida nos números anteriores determina a revogação da decisão de contratar, nos termos do Artigo 80.º do CCP.

Artigo 31.º

Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de quaisquer documentos de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 86.º do CCP.

Artigo 32.º

Caução

Não será exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

SECÇÃO VI— CONTRATO

Artigo 33.º

Minuta do Contrato

1. Aquando da notificação da adjudicação, quando houver redução a escrito do contrato, o Adjudicatário é igualmente notificado da minuta do contrato, qual se considera aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.

2. As bases do contrato a celebrar, objeto do presente procedimento, serão estabelecidas atendendo aos elementos incluídos no convite, caderno de encargos e aos apresentados pelo Adjudicatário, desde que aceites pela entidade adjudicante.

3. Consideram-se integrados no contrato, em tudo quanto por ele não for explícita ou implicitamente contrariado, todos os elementos patentes no presente procedimento e demais elementos definidos no caderno de encargos, como sendo parte integrante do contrato.

Artigo 34.º

Reclamações contra a Minuta do Contrato

1. As eventuais reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto no n.º 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da decisão da reclamação, o órgão que aprova a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

3. Os ajustamentos ao contrato que tenham sido aceites pelo adjudicatário serão notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 35.º

Outorga do Contrato

1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.

2. A Entidade Adjudicante notifica, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, para que proceda à sua assinatura através de meios eletrónicos.

3. No caso do número anterior, a adjudicação caduca se o Adjudicatário não remeter o contrato devidamente assinado eletronicamente, no prazo estipulado, e não houver sido impedido de o fazer por motivo independente da sua vontade, devidamente justificado.

4. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária.

SECÇÃO VII— DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 36.º

Proteção de Dados na Contratação Pública

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a LIPOR – Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto, enquanto Entidade Adjudicante, é responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.

2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos nesta cláusula, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.

3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere a presente cláusula aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.

4. Consideram-se exatos e atualizados todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los, nos termos previstos no RGPD.

5. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 70.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, que aprova a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir do encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos corresponsivos.

6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:

- a) A exercer perante o Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais: Direito de Informação (artigo 13.º e 14.º, do RGPD), direito de Acesso (art. 15.º, do RGPD), direito de Retificação (art. 16.º, do RGPD), direito de Apagamento dos dados (art. 17.º, do RGPD), direito à Limitação do tratamento (art. 18.º, do RGPD), direito de Portabilidade (art. 20.º, do RGPD); Direito de Oposição (art. 21.º, do RGPD) e direito de não ficar sujeito a Decisões Individuais Automatizadas (art. 22.º, do RGPD); Direito de retirar o consentimento, a qualquer momento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado; Direito ao conhecimento de uma violação de dados; e Direito a ter uma resposta do responsável pelo tratamento nos prazos legais, devendo, para tal, contactar-nos através do endereço de e-mail protecaodados@lipor.pt;
- b) A apresentar exposição escrita perante o Encarregado de Proteção de Dados, através dos seguintes endereços: Apartado 1510 – Baguim do Monte ou através do e-mail: DPO@lipor.pt;
- c) Direito de apresentar reclamação perante a autoridade de controlo, nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados, através da página web www.cnpd.pt, ou

por carta dirigida para a Av. D. Carlos I, 134, 1.º, 1200-651 Lisboa, e os contactos de
Telef. 213 928 400, Fax 213 976 832, e-mail geral@cnpd.pt;
d) A recorrer aos tribunais comuns.

Artigo 37.º

Despesas e Encargos

São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta e as relacionadas com a celebração do contrato, caso a sua outorga não seja dispensada.

Artigo 38.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que não se encontra especialmente regulado no presente convite, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Anexo I

Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP

1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)]..

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III
Modelo de Proposta de Preço

.....(indicar denominação ou firma e sede), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito da Consulta Prévia , e de todas as condições estabelecidas no respetivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos, propõe-se executar todos os trabalhos que constituem o objeto do procedimento pelo preço global de € (por extenso).

À quantia supra referida acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do Contrato, ao que se encontra prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... assinatura...

Anexo IV

Modelo de declaração entidades especialmente relacionadas entre si (n.º 6 do artigo 113.º e n.º 2 do artigo 114.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, nem está abrangida, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto do procedimento, nomeadamente, os referidos nos n.ºs 6 do artigo 113.º e 2 do artigo 114.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, nos casos aplicáveis, ou seja, não detém qualquer relação especial com uma entidade:

a) à qual a Entidade Adjudicante tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de consulta prévia ou ajuste direto adotados nos termos do disposto nas alíneas c) e d) do artigo 19.º e alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas; e/ou

b) que tenham executado obras, fornecido bem móveis ou prestado serviços à entidade adjudicante, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato;

2 – Entende-se como relação especial, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

4 – Em caso de infração detetada, a Entidade Adjudicante comunicará de imediato ao IMPIC. I.P., se aplicável.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto no n.º 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo V
Modelo de declaração relativa a trabalhadores imigrantes

..... (nome do Concorrente), com sede em, pessoa coletiva n.º,
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º,
representado(a) pelos Senhores, e, na qualidade respetivamente de
....., e, depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do
..... (indicar a designação do procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra,
que a sua representada cumpre integralmente todas as obrigações decorrentes da lei
relativamente a trabalhadores imigrantes contratados.

Data ____ / ____ / ____

Assinatura _____